

# Estrutura Turística Envolvida na Pesca Desportiva da Região Sul de São Paulo

Tourism Structure in Recreational Fishing in the South Region of São Paulo

*David de Carvalho*<sup>1</sup>  
*Walter Barrella*<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Vale do Ribeira tem sido apontado como uma região de alto potencial turístico por causa do expressivo patrimônio cênico, histórico e cultural onde se localizam 49% das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Porém, é também a região mais pobre do Estado, com graves problemas econômicos e sociais. Dentro desse cenário, o ecoturismo tem sido apontado como uma alternativa adequada para conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais. Assim, a proposição do presente artigo é analisar o ecoturismo e o turismo de pesca como uma alternativa de desenvolvimento econômico para pescadores e moradores do Vale do Ribeira, sob a ótica da sustentabilidade ecológica, econômica e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo de pesca, ecoturismo, comunidade local, infra-estrutura, Vale do Ribeira.

---

1. Turismólogo bacharelado pela PUC-Campinas e mestrando em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - USP. Coordenador de Pesquisa Científica e do Curso de Turismo das Faculdades COC - Ribeirão Preto. Contato: Rua Abraão Issa Halack, 980 - 14096-160 - Ribeirão Preto-SP; e-mail: haxa@coc.com.br.

2. Biólogo, doutor em Ciências pela UNESP e professor de Ecologia do curso de Ciências Biológicas da PUC-SP. Trabalha no Departamento de Ciências do Ambiente do Centro de Ciências Médicas e Biológicas da PUC-SP. Contato: Praça José Ermírio de Moraes, 290 - 18030-230 - Sorocaba - SP; e-mail: dinamica@splicenet.com.br.

**ABSTRACT:** The Valley of the Ribeira has been considered as a region of high tourist potential due to the important scenic, historical and cultural patrimony, where are placed 49% of the Units of Conservation of the State of São Paulo. However, it is also the poorest region of the state, with serious economic and social problems. Inside of this scene the ecotourism has been pointed as an adjusted alternative to conciliate the economic development with the conservation of the natural resources. Thus, the proposal of the present article is to analyze the ecotourism and the tourism of fishes as an alternative of economic development for fisher and local inhabitants of the Valley of the Ribeira, under the viewpoint of the ecological, economic and social sustainability.

**KEYWORDS:** tourism of fishes, ecotourism, local community, infrastructure, Valley of the Ribeira.

## Introdução

O Brasil tem recebido destaque internacional por conta da sua riqueza paisagística, com grandes áreas de contínuas florestas tropicais intocadas que abrigam grande diversidade de espécies de fauna e flora (Neiman, 1989), apesar de suas dificuldades em gerenciar seus recursos naturais, decorrentes da atual situação socioeconômica nacional.

Nenhuma outra atividade econômica apresenta condições intrínsecas tão favoráveis para a conciliação entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente que o turismo ecológico sustentável, que, segundo Beni (1999), caracteriza-se pela necessidade de assegurar a viabilidade a longo prazo da atividade de turismo, baseando-se na relação entre ser humano e meio ambiente. Dentro dessa abordagem, a conservação ambiental e o benefício das comunidades locais são metas tão importantes quanto a eficiência econômica regional.

O turismo ecológico ou ecoturismo é definido pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas [...] (Ministério do Meio Ambiente, 1994).

Entretanto, essa definição apresenta-se carente de detalhes. Conforme apontaram Niefer e Silva (1999), para um maior detalhamento do tema é necessário citar as seguintes características básicas do ecoturismo:

- a) exploração turística de ambientes naturais;
- b) conservação desses ambientes;
- c) melhoria das condições socioeconômicas da população local pelas atividades turísticas;
- d) conscientização do turista e das comunidades locais para assuntos ecológicos e culturais;
- e) fornecimento de educação ambiental.

Para enriquecer ainda mais esse conceito, Alexander e Gibson (2000) vêem o ecoturismo como um tipo de turismo de baixa escala, ecologicamente sensível e com controle e manejo exercidos pela população local.

Dentre os sistemas que mais têm sofrido com as ações humanas, destacam-se os de Mata Atlântica. Por conta do tipo de ocupação humana ocorrida desde a época da colonização, acredita-se que 95% desse importante bioma já não apresentem suas características originais (Neiman, 1989). Entretanto, no sul do Estado de São Paulo e no leste do Estado do Paraná, há uma vasta região de mais de 35 mil quilômetros quadrados, abrangendo a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e o complexo lagunar-estuarino Iguape-Cananéia-Paranaguá, que abriga a maior área contínua de Mata Atlântica ainda existente no Brasil (Nícia, 1999).

A bacia do rio Ribeira de Iguape é uma das mais importantes reservas de água doce dos dois Estados e um dos mais conservados bancos genéticos do país. A Serra de Paranapiacaba é coberta por exuberantes florestas tropicais. Em direção ao litoral estende-se uma enorme planície sedimentar marcada por morros arredondados, restingas, manguezais e mares interiores, revelando extrema beleza cênica e uma grande diversidade de fauna. Além dos atributos cênicos, o Vale do Ribeira apresenta uma das mais antigas colonizações do país, e o exemplo disso é o município de Iguape, que apresenta o maior patrimônio histórico-cultural do Estado de São Paulo, por isso foi tombado pelo CONDEPHAAT. Porém, a exploração turística de maneira não sustentável trouxe para a região uma série de problemas, como a especulação imobiliária, a degradação ambiental com descaracterização do meio e da sociedade local, a introdução de hábitos e costumes diferentes. Áreas de importantes restingas e praias foram loteadas à burocratização, colocando em risco a existência desses importantes ecossistemas, especialmente em Ilha Comprida (Diegues, 1995).

A presença de atributos favoráveis ao desenvolvimento do ecoturismo deve ser considerada num plano de ação para exploração sustentável. O sistema estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia, o rio Ribeira de Iguape e seus afluentes oferecem também condições para o desenvolvimento do turismo de pesca ou pesca desportiva.

A pesca desportiva é uma das atividades de lazer mais praticadas em todo o mundo, principalmente em países como Finlândia (Sipponem e Muotka, 1996), Noruega (Aas, 1996) e Trinidad, no sul do Caribe (Mike e Cowx, 1996). O gerenciamento que países como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile, Nova Zelândia e Japão têm realizado no setor de pesca desportiva demonstra que a atividade é capaz de gerar receitas significativas (MMA-PNDPA, 1998).

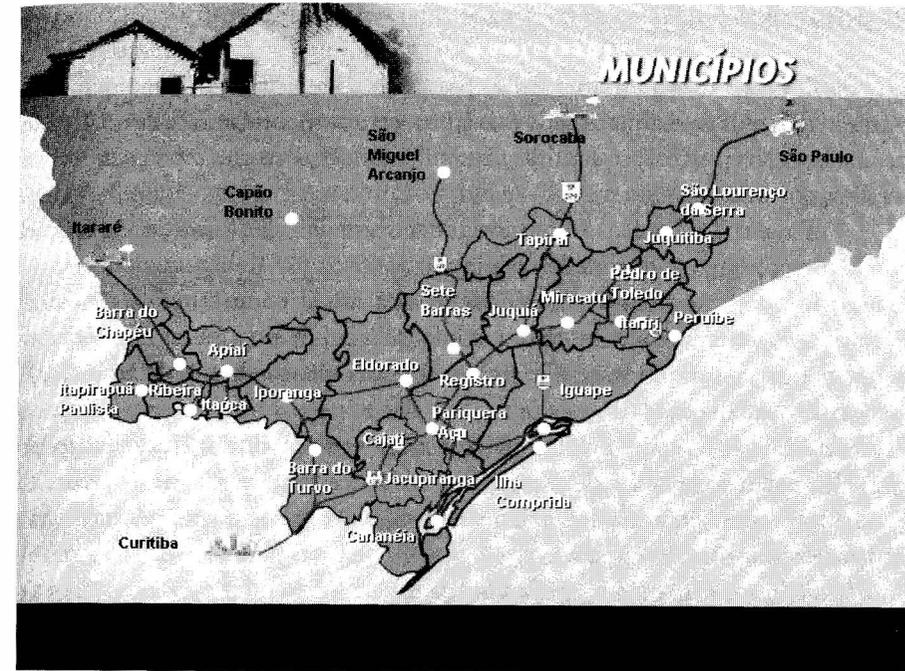
Especialistas de vários países são unânimes em classificar o Brasil entre as nações mais ricas em peixes de interesse da pesca desportiva (MMA-PNDPA, 1998). Alguns dados já indicam o crescente interesse pelo turismo de pesca no país, como, por exemplo, a existência de 350 estruturas turísticas (hotéis, pousadas, barcos-hotéis e marinas), a maioria na região do Pantanal (MS e MT). Na cidade de São Paulo existem dez agências de turismo que operam especificamente com o segmento de turismo de pesca (MMA-PNDPA, 1998). A pesca desportiva é o segundo esporte mais praticado no Brasil, com cerca de 30 milhões de praticantes (Informe RDE, 1996), perdendo apenas para o futebol.

Desse conjunto, acredita-se que cerca de três milhões de pescadores desportivos desenvolvam suas pescarias com grande assiduidade, sendo que apenas 150 mil são licenciados anualmente pelo Ibama, gerando uma receita em torno de quatro milhões de reais (MMA-PNDPA, 1998). Vale ressaltar, ainda, a existência de dez revistas de abrangência nacional especializadas em pesca desportiva, e vários programas de televisão que tratam do tema.

O objetivo deste trabalho é verificar e avaliar as condições de oferta da infraestrutura de apoio às atividades da pesca desportiva na região sul do Estado de São Paulo.

## Metodologia

O presente artigo tem como área de estudo a parte baixa da bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape e do complexo estuarino-lagunar, litoral sul do Estado de São Paulo. A Figura 1 mostra os municípios que compõem essa região.



Fonte: São Paulo – Secretaria do Meio Ambiente; Fundação Florestal. Ecoturismo na Mata Atlântica: um guia interativo sobre o Vale do Ribeira.

Figura 1 Mapa da região sul de São Paulo, destacando a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e o complexo estuarino-lagunar Iguape-Cananéia

Dentro dessa área foram mostrados os seguintes municípios: Barra do Turvo, Cananéia (Porto Cubatão), Eldorado, Iguape (Barra do Ribeira), Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Parquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

O levantamento da infra-estrutura de equipamentos e serviços turísticos que permitem ou facilitam a permanência do viajante no município foi obtido por meio de entrevistas com os gerentes e proprietários de hotéis e pousadas da região, no período de janeiro a julho de 2001. Por meio de um questionário estruturado foram obtidos relatos sobre a infra-estrutura que o turismo disponibiliza para a pesca desportiva, permitindo quantificação e qualificação dos serviços de hospedagem, alimentação e lazer.

## Resultados

A Tabela 1 mostra o número de pousadas entrevistadas por município, o número de unidades habitacionais e de leitos, bem como um índice de qualidade de serviço e lazer, além de quantificar o serviço de alimentação, o preço da diária média e o desvio padrão.

Por meio da Tabela 1 foi possível identificar Peruíbe como o município com o maior número de unidades habitacionais (686 UHS), representando aproximadamente 38,04% do total de unidades habitacionais do universo da amostra. Peruíbe aparece também como o município que mais possui meios de hospedagem (41), concentrando 36,6% do total de meios de hospedagem da amostra. É importante ressaltar que o município de Sete Barras pertence ao universo amostral deste relatório, não sendo incluído na Tabela 1 por não possuir meio de hospedagem na ocasião do trabalho de campo. Dos municípios apresentados na Tabela 1, São Lourenço da Serra aparece, então, como o local com menor número de unidades habitacionais: 12 (0,66%).

A maior diária média verificada corresponde ao município de São Lourenço da Serra (R\$ 77,50), e o maior desvio padrão da diária média pertence a Itariri (R\$ 67,88), demonstrando que o município possui meios de hospedagem dos mais diferentes tipos, com instalações das mais simples às mais sofisticadas.

O índice de qualidade de serviços e lazer, que varia de 0 a 1, foi calculado pela soma dos seguintes serviços: serviço e hospedagem (número total de camareiras, lavanderias e serviço de quarto); equipamentos de lazer (número de piscinas, saunas, quadras poliesportivas, salões de jogos, salas de vídeo/tv, playground e outros equipamentos); serviços de entretenimento/lazer (número de recreações, passeios, torneios de pesca, esportes de aventura, pacotes para agências de viagens e outros serviços). Após a soma dos itens descritos aplicou-se regra de três simples com as seguintes variáveis: número total da soma dos serviços que o município oferece; total de pousadas entrevistadas do município; número total dos serviços que foram avaliados.

Com esse procedimento foi possível estabelecer um índice de qualidade de serviços e lazer que proporcionasse uma comparação entre os municípios envolvidos na pesquisa, impossibilitando, assim, que um município, por ter um número maior de meios de hospedagem, apresentasse um índice de qualidade de serviços e lazer maior do que outros. Dessa maneira, o município que exibiu maior índice de qualidade de serviços e lazer foi São Lourenço da Serra (0,95), seguido por Tapiraí (0,73), Itariri (0,40) e Juititaba (0,76). Os altos índices apresentados demonstram, ainda, que esses municípios possuem meios de hospedagem que

disponibilizam uma oferta diversificada de serviços relacionados a lazer e entretenimento.

O número de garagens para carros é uma variável muito importante, pois os turistas preferem viajar com seus próprios automóveis. Nesse sentido, os municípios de Ilha Comprida, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo, Registro, São Lourenço e Tapiraí aparecem em posição privilegiada, um vez que todos os meios de hospedagem pesquisados possuem garagens para carro.

Os municípios Barra do Turvo, Juiquiá, Juititaba, Miracatu, Pedro de Toledo, Porto Cubatão (Cananéia), São Lourenço e Tapiraí apresentaram os melhores serviços de alimentação oferecidos pelas pousadas e hotéis pesquisados.

A infra-estrutura para a pesca desportiva pode ser entendida como os equipamentos e serviços que as pousadas disponibilizam para atender melhor os pescadores turistas. Os equipamentos se dividem em porto, loja de pesca, máquina de gelo, peixaria (para armazenamento e limpeza do pescado apanhado pelo pescador turista) e garagem para barcos pertencentes ao pescador turista. Já os serviços que os meios de hospedagem podem oferecer são: fornecimento de isca viva, aluguel de equipamento para pesca, manutenção para barcos e contratação de limpadores de peixes, guias e pilotos para acompanhar os pescadores turistas em suas pescarias.

A Tabela 2 mostra a infra-estrutura disponibilizada para o turismo de pesca pelo total de pousadas de cada município pesquisado. É importante ressaltar que a diferença apresentada entre as Tabelas 1 e 2, no que diz respeito ao número de municípios, deve-se ao fato de que não são todos os municípios envolvidos neste estudo que possuem pousadas voltadas ao turismo de pesca.

Para uma melhor compreensão da infra-estrutura que as pousadas disponibilizam para a prática da atividade do turismo de pesca, é necessário que se faça uma análise individual de cada município onde esse tipo de serviço é ofertado. Dessa maneira, o município de Juiquiá apresenta-se com números relativamente baixos, demonstrando que o segmento do turismo de pesca, apesar de o rio Juiquiá ser piscoso (Barrella, 2001), ainda encontra-se em fase de crescimento nessa localidade. No bairro de Porto Cubatão, localizado no município de Cananéia, a situação é bem diferente, pois se trata de uma região com um turismo de pesca consolidado e em pleno desenvolvimento. Outra região com elevado grau de desenvolvimento de serviços ligados ao turismo de pesca é o bairro da Barra do Ribeira, localizado no município de Iguape. Porém, o grau de desenvolvimento do turismo de pesca no município de Juititaba pode ser considerado intermediário, pois turismo de pesca é uma atividade em crescimento e pode ser considerada um atrativo com grande potencial para ser incluído no planejamento da atividade turística. Tulik (1992) já chamava a atenção para o desenvolvimento do turis-

**Tabela 1** Equipamentos e serviços turísticos no Vale do Ribeira

Município	Total pousadas do município	Pousadas entrevistadas	Unidades habitacionais	Total leitos	Índice de qualidade de serviço e lazer	Serviço alimentação	Garagem carro	Diária média (R\$)	Desvio padrão Diária
Barra do Ribeira*	8	8	86	393	0.26	4	5	23.75	13.50
Barra do Turvo	4	4	34	65	0.27	3	3	14.5	10.38
Eldorado	6	3	59	204	0.33	1	2	23.33	7.64
Ilha Comprida	10	10	239	785	0.48	4	10	37.9	15.30
Itariri	3	3	73	242	0.40	1	3	51.67	67.88
Jacupiranga	4	4	80	160	0.17	1	3	23.75	7.89
Juquiá	3	3	62	122	0.36	2	2	16.67	5.77
Juquitiba	6	3	34	185	0.76	3	1	16.67	2.89
Miracatu	3	3	47	101	0.23	2	3	20.33	8.39
Pariquera-Açu	2	2	24	133	0.10	1	1	0	0
Pedro de Toledo	1	1	20	38	0	1	1	10	0
Peruibe	41	26	686	1702	0.25	5	20	42.12	16.38
Porto Cubatão*	6	6	57	256	0.33	4	4	18	5.70
Registro	8	6	240	552	0.36	1	6	23	14.28
São Lourenço	2	2	12	262	0.95	2	2	77.5	3.54
Tapiraí	5	3	50	150	0.73	3	3	40	18.03
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>87</b>	<b>1803</b>	<b>5350</b>		<b>38</b>	<b>69</b>		

\* As localidades de Barra do Ribeira e Porto Cubatão pertencem aos municípios de Iguape e Cananéia, respectivamente.

**Tabela 2** Infra-estrutura para o turismo de pesca nas pousadas do Vale do Ribeira

Município	PP	Porto	Isca viva	LP	AE	Gelo	Garagem barco	Manutenção para barco	Piloto	Peixaria	Barbos aluguel
Juquiá	3	0	10	0	1	0	0	0	1	2	1
Porto Cubatão <sup>1</sup>	8	4	4	0	3	1	2	2	5	5	4
Barra do Ribeira <sup>2</sup>	6	3	2	2	2	1	2	2	3	2	3
Juquitiba	3	3	2	0	2		1	1	1	3	2
Ilha Comprida	10	3	2	2	2	1	2	2	3	2	3

PP: pousadas pesquisadas / LP: loja de artigos de pesca / AE: aluguel de equipamento para pesca.

<sup>1</sup> Comunidade pertencente ao município de Cananéia.

<sup>2</sup> Comunidade pertencente ao município de Iguape.

mo em Juquitiba, um destino muito procurado nos fins de semana e feriados por sua proximidade com a cidade de São Paulo (70 quilômetros). O município de Ilha Comprida encontra-se numa situação semelhante à encontrada no bairro de Barra do Ribeira, visto que suas pousadas já possuem uma gama de serviços e equipamentos ligados à pesca desportiva que pode ser considerada suficiente para atender à demanda atual.

## Discussão

O turismo de lazer e a pesca são as principais vocações para o turismo da região sul do Estado de São Paulo. Porém, para que todo esse potencial turístico possa se transformar em produtos de qualidade, elaborados para os mais diversos nichos de mercado, muitos aspectos da infra-estrutura básica e da infra-estrutura turística precisam melhorar. Quanto à infra-estrutura básica, os principais problemas estão relacionados à falta de tratamento do esgoto, à reciclagem do lixo e a uma melhor distribuição de água e luz, problemas pertinentes a toda a região de estudo (Queiroz e Pontes, 1997). Os problemas relacionados à infra-estrutura turística são também pertinentes a quase toda a região do Vale do Ribeira, com pontos críticos como o município de Sete Barras, que não possui nenhum tipo de meio de hospedagem.

Um fato importante a ser relatado é que durante as visitas às prefeituras foi verificada a deficiência dos responsáveis pelo planejamento da atividade turística, que além de não possuírem formação técnica relacionada à área de turismo, acumulavam funções de outros departamentos ou secretarias, como Esportes ou Cultura. Isso reflete um problema que não é exclusividade da região, mas de quase todo o Brasil, e não só na esfera municipal, mas também nas esferas estadual e federal (Brasil, 1994).

Por meio das informações coletadas é possível sugerir algumas ações que visam melhorias da atividade turística de uma maneira sustentável. Os municípios litorâneos de Ilha Comprida, Peruíbe, Cananéia e Iguape possuem como maior atrativo o trinômio sol/praiamar, com atividades turísticas desenvolvidas há vários anos. Excessos do turismo litorâneo podem provocar o declínio de suas atividades por causa da deterioração do hábitat, da fuga de capital, do deslocamento da comunidade local, da ruptura dos valores tradicionais e dos conflitos gerados pela limitação de recursos, como observou Swarbrooke (2000) em balneários marítimos tradicionais do norte da Europa e em ilhas da Malásia.

O desenvolvimento do turismo em pequena escala não deveria estar apenas preocupado com o fornecimento de alojamento, mas também com o desenvolvi-

mento de outros aspectos intangíveis do produto turismo, como, por exemplo, materiais locais para produção de artesanato e comercialização de produtos agrícolas para abastecer as ilhas com legumes e verduras frescas. Além disso, Swarbrooke (2000) aponta outras sugestões para diminuir o impacto do turismo litorâneo, das quais destacam-se:

- a) manter um diálogo com a comunidade local, regularmente;
- b) melhorar a participação dos moradores no desenvolvimento futuro mediante oportunidades de investimento para empresários locais, além de empreendimentos conjuntos que tragam benefícios para a comunidade local;
- c) melhorar a colaboração entre os órgãos governamentais e as operadoras turísticas locais.

Esses pontos também são importantes para os balneários de Ilha Comprida, Porto Cubatão, Barra do Ribeira e Peruíbe.

Em relação ao turismo de pesca, talvez o principal problema seja a falta de fiscalização do tamanho mínimo de captura dos peixes. Além disso, também é necessária a divulgação das informações por meio de programas de educação ambiental, tanto para os pescadores desportivos como para os guias, pilotos e população local (Brasil, 1998). Kerkvliet e Nowell (2000) estabeleceram instrumentos para o manejo recreacional no Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, estimulando a auto-regulação da captura, pelos pescadores, da truta faixa-azul.

A organização de planos de ações para a região deve ser direcionada em três linhas principais:

- a) organização econômica da atividade turística;
- b) capacitação de mão-de-obra qualificada;
- c) educação ambiental para turistas e população local.

A organização regional deve ser feita pelos governos municipais por meio da criação de departamentos de turismo, da elaboração de planos de desenvolvimento turístico amplamente divulgados, da implantação de postos de recepção e informações turísticas, da produção de material publicitário sobre os atrativos naturais e culturais da região, de projetos de sinalização turística, de embelezamento das áreas públicas e vias de acesso aos municípios.

A iniciativa privada, porém, deve organizar um cadastro da oferta turística e atualizá-lo de forma permanente, bem como realizar um levantamento da de-

manda turística, setorizada por atrativo. Nesse aspecto, cabe à iniciativa privada a exploração dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem, alimentação, transportes, comércio artesanal etc).

A capacitação profissional para o turismo deve envolver tanto a educação formal – com disciplinas sobre o turismo – como não-formal na organização de cursos para formação e capacitação de guias de turismo, guardas-parque e animadores culturais, bem como na implementação de sistemas de melhoria da qualidade no setor de serviços turísticos. Os programas de educação ambiental devem incentivar a consciência da preservação cultural e ambiental por meio de eventos e seminários sobre educação ambiental dirigidos a alunos e professores das escolas de primeiro e segundo graus, tornando-os agentes multiplicadores do processo de conscientização turística e ecológica. A elaboração de um manual de orientação e normas de preservação ambiental para os turistas, bem como a criação de uma campanha de conscientização para a reciclagem do lixo do município são também estratégias de grande apelo popular.

Além das estratégias e diretrizes descritas, ainda é necessário, dentro de um plano de desenvolvimento turístico, definir uma estratégia de marketing. Entre as atividades necessárias para essa finalidade está a utilização dos meios de comunicação, tanto eletrônicos quanto gráficos (folheto, folders, jornais, rádios e tv), a comunicação para o funcionalismo público, a assessoria de profissionais especializados em comunicação social e a promoção de palestras com profissionais capacitados na área de ecoturismo (trimestralmente).

Por fim, um ponto que permeou toda essa discussão é a questão do envolvimento dos moradores locais no processo de gestão turística de seus respectivos municípios. Porém, na região analisada, ficou comprovado que a população local não participa efetivamente do planejamento da atividade turística. Assim, é necessário que se crie na região do Vale do Ribeira uma política de participação das comunidades locais no processo de planejamento e operacionalização das atividades turísticas. Nesse sentido, servem como modelo estudos realizados na América do Norte, considerada região pioneira e que está na vanguarda no que se refere à participação da comunidade no planejamento do turismo.

Um dos primeiros exemplos de participação da comunidade no planejamento turístico municipal é Pagnirtung, uma pequena aldeia localizada em Cumberland Sound, no noroeste do Canadá. O potencial turístico da área era grande, mas para respeitar a herança cultural da população local, membros da comunidade foram motivados a marcar o ritmo e a direção do desenvolvimento turístico conforme seus estilos de vida e tradições. Desse processo surgiram várias metas e objetivos, dentre os quais:

- a promoção do desenvolvimento que forneça empregos e reduza a dependência da assistência social;
- a promoção de programas e instalações culturais que beneficiem tanto o turismo quanto o desenvolvimento social local;
- o estímulo da propriedade local, da tomada de decisões e do desenvolvimento de capacitações para administrar os negócios do turismo;
- a motivação da auto-suficiência da comunidade a longo prazo;
- facilitar o aprendizado entre várias culturas e fornecer oportunidades para que visitantes e população local possam se conhecer, de modo que o povo local possa desenvolver aptidões para lidar com os mais diversos visitantes e, por fim, desenvolver o conhecimento para que os residentes possam tomar decisões bem informadas a respeito do desenvolvimento turístico.

## Conclusão

Sintetizando a situação do turismo de pesca no Vale do Ribeira, temos então três situações distintas. Localidades onde o turismo de pesca está sendo desenvolvido de maneira incipiente, localidades onde esse tipo de turismo está em desenvolvimento e localidades onde a infra-estrutura para esse segmento da atividade turística está consolidada.

Nesse contexto, para que o turismo possa se estabelecer como uma atividade eficiente economicamente e sustentável do ponto de vista ecológico, social e cultural na região do Vale do Ribeira, é necessário considerar três pontos básicos. O primeiro diz respeito ao estabelecimento de infra-estrutura básica dos municípios, o segundo diz respeito ao envolvimento das comunidades no processo de planejamento e gestão da atividade turística, e o terceiro está relacionado à criação de uma infra-estrutura de apoio turístico.

## Referências bibliográficas

- AAS, Øystein. 1993. Recreational fishing in Norway from 1970 to 1993: trends and geographical variation. *Fisheries Management and Ecology*, v. 3, p. 107-118.
- ALEXANDER, Sara & GIBSON, Jane. 2000. *Tourism Impact Assessment (TIA)*: participatory empiricism in the measurement of ecotourism. (Draft Version), California: March.
- BARRELLA, Walter. 2001. Os peixes e a pesca na Mata Atlântica do litoral sul do Estado de São Paulo (Brasil). Sorocaba.

- BENI, M. C. 1999. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo: ECA-USP, v. 10, n. 1, p. 7-17.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis & Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo – Instituto Brasileiro de Turismo. 1998. *Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora*. Brasília.
- BRASIL (MICT/MMA). 1994. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. 1995. *Povos e mares*. São Paulo: NUPAUB-USP.
- INFORME RDE. 1996. Brasil poderá ser o país da pesca. *Informe RDE*, ano 3, 30: 1.
- KERKVLIIET, Joe & NOWELL, Clifford. 2000. Tools for recreation management in parks: the case of the greater Yellowstone’s blue-ribbon fishery. *Ecological Economics*, n. 34, p. 89-100.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2000. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e campos sulinos*. Relatório técnico. MMA/PROBIO, Conservation Internation do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, SMA-SP, SEMAD-MG.
- NICIA, W. M. (Org.). 1999. *Descubra o Lagamar*. São Paulo: Terragraph (Fundação sos Mata Atlântica).
- NIEFER, I. A. & SILVA, J. C. G. L. 1999. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. *Cadernos de Biodiversidade*. v. 2, n. 1, p. 53-61.
- NEIMAN, Z. 1989. *Era verde? Ecosistemas brasileiros ameaçados*. São Paulo: Atual.
- QUEIROZ, O. T. M. M. Q. & PONTES, B. M. S. 1997. O (re)arranjo de Iguape e Ilha Comprida sob o advento do turismo e da exploração dos recursos naturais. In: LEMOS, Amália I. G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec. p. 26-31.
- SIPPONEN, M. & MUOTKA, M. 1996. Factors effecting the demand for recreational fishing opportunities in Finnish lakes during the 1980s. *Fisheries Research*, p. 309-323.
- SWARBROOKE, Jhon. 2000. *Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos*. Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph.
- TULIK, Olga. 1993. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. *Turismo em Análise*, São Paulo: ECA-USP, v. 4, n. 2, p. 26-37.

Recebido em 20/04/2003 (1ª versão) e 01/11/2003 (2ª versão).

Aprovado em 10/03/2004.